

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ASSOCIAÇÃO DE  
APOIO A ESCOLA DOM PEDRO II EM PORTO NACIONAL –TO**

*SPECIAL EDUCATION AND THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN THE SUPPORT  
ASSOCIATION OF SCHOOL DOM. PEDRO II IN PORTO NACIONAL –TO*

Roberto Souza Santos<sup>1</sup>

**Resumo**

O objetivo desse artigo é levantar uma discussão teórica empírica sobre o ensino de Geografia na Associação de Apoio à Escola Dom Pedro II da rede pública de Porto nacional – TO. Tendo como foco de abordagem a Educação Inclusiva, aos alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular. O levantamento bibliográfico forneceu subsídios para uma compreensão maior sobre o assunto e, a pesquisa de campo deu o suporte necessário para alcançar os objetivos da pesquisa. Verificou-se que as dificuldades enfrentadas pelos profissionais na condução do processo de aprendizagem dos alunos e a falta de apoio, tem sido alvo de grande preocupação por parte dos professores. Constata-se ainda que apesar de existirem leis que asseguram o acesso e o ensino das pessoas com necessidades educacionais especiais em sala de aula regular, as escolas e professores ainda não se encontram totalmente preparados para o atendimento adequado a esses alunos.

**Palavras chaves:** Ensino de geografia, Inclusão, Educação Especial.

**ABSTRACT**

The purpose of this article is to raise an empirical theoretical discussion about the teaching of Geography in the Association of Support to the Dom Pedro II School of the public network of Porto nacional - TO. Focusing on Inclusive Education approach, students with special needs in regular education. The bibliographic survey provided support for a greater understanding on the subject and the field research provided the necessary support to reach the research objectives. It was verified that the difficulties faced by the professionals in the conduction of the learning process of the students and the lack of support, has been the subject of great concern on the part of the teachers. It is also noted that although there are laws that ensure access and education of people with special educational needs in the regular classroom, schools and teachers are not yet fully prepared for the adequate care of these students.

**Keywords:** Geography teaching, Inclusion, Special Education.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor do curso de Pós-graduação e graduação em Geografia- Campus Porto Nacional/UFT-  
robertosantos@uft.edu.br

## INTRODUÇÃO

De acordo com Silva Neto (2018) *et all*, a escola contemporânea foi planejada para atender um determinado perfil de aluno. Mas a realidade e a demanda atualmente são outra. Em outras palavras, temos estudantes bastante diversificados. Tal demanda exige da escola uma reformulação e inovação em todo o seu sistema, com estratégias de ensino que possibilitem atender a todos os indivíduos. A educação inclusiva tem o objetivo de trazer mudanças dos valores da educação tradicional, o que implica desenvolver novas políticas e reestruturação da educação.

O percebemos é que precisamos buscar a transformação do atual quadro pedagógico e gestor educacional nas escolas para uma realidade mais inclusiva de todas as crianças, adolescentes e jovens. A tarefa não é fácil para a escola passar por um processo de mudança em direção em um processo educacional mais inclusivo em que a diversidade esteja mais presente. É um desafio para superar os preceitos tradicionais da escola estabelecida no sistema educacional brasileiro.

A educação tem hoje grandes desafios para garantir a todas as pessoas a construção do conteúdo básico que a escolarização deve proporcionar. Esta meta estende-se a todas as modalidades do sistema de ensino, incluindo a Educação Especial, voltada para alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, ou seja, pessoas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais culturais ou intelectuais. Estas necessidades podem ser decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente e que, em interação dinâmica com fatores sócio-ambientais, resultam em necessidades muito diferenciadas da maioria das pessoas. Na associação de apoio Dom Pedro II na cidade de Porto nacional-TO, as necessidades atendidas são deficientes visuais e físicos, portador de síndrome de down e grandes dificuldades de aprendizagens.

Segundo Pelosi (2000), a escola inclusiva parte do pressuposto de que todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária, na medida em que a diversidade é valorizada como meio de fortalecer a turma de alunos e oferecer a todos os membros oportunidades de aprendizagem. É preciso também que além dos ideais proclamados e das garantias legais, conhecer as condições reais da nossa educação escolar, especialmente a pública e obrigatória. A partir daí pode-se identificar e dimensionar os principais pontos da mudança necessária para o alcance da qualidade que se espera da educação escolar.

A Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em seu art. 5º, apresenta quais são os alunos que possuem necessidades educacionais especiais, ou seja, considera os educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências.

II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande dificuldade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Levantar uma discussão sobre como ocorre o ensino de Geografia com a inclusão do aluno portador de necessidade especial dentro do ensino regular, deve-se considerar a convivência e aspectos sociais, ensino-aprendizagem de Geografia, avaliação da aprendizagem, participação da família e que alternativas os professores buscam frente aos desafios que surgem e quais são as perspectivas de mudanças nesse processo. E identificar as concepções da disciplina de Geografia dentro da educação inclusiva, tendo como foco a inclusão dos educandos portadores de deficiências.

Segundo Alexandre (2017), o processo de inclusão contempla a aceitação das diferenças em nosso conjunto atual de sociedade e todos os seus processos culturais, sociais e econômicos. Dentro deste universo de diversidade é necessário que haja uma aprendizagem de forma que atenda os desejos e interesses de toda coletividade presente. Neste contexto, a inclusão de todos nos ambientes públicos necessita ser prioridade, a fim de promover o entendimento da diversidade existente que deve ser respaldado por políticas públicas. Devemos lidar com as diferenças e precisamos perceber a diversidade que nos cerca.

Segundo o referido autor, para a Geografia um desses aspectos de diferença materializa-se na concepção e percepção do espaço que construímos ao longo de nossa existência. No caso da deficiência físico-motora, a relação sujeito e espaço são intrínsecos ao ato de pensar e agir, sendo que os alunos com dificuldades motoras necessitam conhecer e decifrar o espaço antes mesmo de interagir com ele, a fim de, posteriormente se apropriarem do mesmo.

Sabemos que a Geografia é a ciência que tem como objeto principal de estudo o espaço geográfico. É uma ciência que descreve e analisa como os fenômenos físicos, biológicos e humanos variam no espaço. Estuda ainda sobre relevo, solo, clima, geologia, recursos hídricos, fauna, flora e as condições do meio ambiente. A Geografia é uma disciplina que discute e estuda os fenômenos que aparecem cotidianamente na mídia burguesa. Essa diversidade de temas, é possível que os alunos tenham dificuldades de assimilar o conteúdo. São realidades ou elementos que não estejam presente na região onde os alunos tem convívio, em função deste fato, os objetos de estudos podem ficar muito no plano abstrato, o que pode dificultar o processo ensino-aprendizagem de alguns alunos. O professor pode deparar por exemplo com alunos portadores de deficiência visual. Neste caso, o aluno pode ter dificuldades em assimilar as paisagens naturais, portanto, o professor deverá ter habilidades para lidar com tal tarefa.

Do ponto de vista da metodologia, a pesquisa baseou-se no desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa, onde houve contato direto com o ambiente a ser investigado, no Ensino Fundamental da Associação de Apoio à Escola Dom Pedro II da rede pública de Porto nacional - TO. Na busca de respostas aos questionamentos foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas, tendo como amostra, dois professores da disciplina de Geografia e a professora da sala de recursos (onde acontece um apoio especializado a todos os alunos com necessidades educacionais especiais da própria escola ou de outras escolas). Foi aplicado os seguintes questionários:

1. Como acontece a convivência diária entre os alunos “ditos normais” e os alunos portadores de deficiência educacional?
2. Como acontece a participação dos alunos portadores de deficiência educacional no desenvolvimento de trabalhos em grupos em sala de aula e projetos desenvolvidos pela escola dentro da disciplina de Geografia?
3. Como ocorre o processo de ensino para os alunos portadores de deficiência educacional?
4. Você trabalha com esse aluno da mesma maneira que os outros?
5. A escola disponibiliza algum tipo de recurso que facilite o processo de ensino e aprendizagem do aluno na disciplina de Geografia?
6. Quais?

7. Como você realiza o processo de avaliação dos alunos portadores de deficiência educacional?
8. Há algum conteúdo de Geografia?
9. Que alunos portadores de deficiência educacional têm dificuldades?
10. A família contribui para que aconteça a inclusão desse aluno?

Para a realização da coleta de dados foram realizadas ainda oito horas de observações não-participantes, contribuindo significativamente para o momento da análise dos resultados. A análise dos dados deu-se através da triangulação entre os dados das entrevistas, das observações realizadas em sala de aula e do referencial teórico. Considerando o princípio ético da pesquisa em relação à preservação da identidade dos sujeitos participantes, os professores são identificados como Professor “A”, “B” e “C”.

Na medida em que a discussão sobre educação não se apresenta de modo efetivo em sua formação inicial, os professores e toda a equipe gestora e coordenação pedagógica da escola devem redobrar as suas atenções, de maneira que os resultados do ensino-aprendizagem aconteça dentro dos objetivos previstos. No caso dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, é possível que tenham dificuldades em articular e demonstrar compreensão de conceitos no campo de conhecimento geográfico, para isso, os professores e coordenadores pedagógicos devem estar preparados para tal missão.

Desta forma, pode-se apontar algumas questões sobre educação inclusiva e ensino de Geografia, tomando como ponto de partida o ensino fundamental da Associação de Apoio à Escola Dom Pedro II no município de Porto Nacional - TO, que recebem alunos portadores de necessidades especiais. A análise está organizada em cinco categorias. São elas: convivência e aspectos sociais, processo de ensino aprendizagem de geografia, avaliação, família e inclusão.

## **REFERENCIAL TEÓICO E ANÁLISE DA CATEGORIA DO ENSINO-APRENDIZAGEM**

O caminho mais adequado para desenvolver o tema de procedimentos no ensino de Geografia é o de uma reflexão inicial sobre os objetivos de ensino. Ensino é o processo de conhecimento mediado pelo professor, no qual estão envolvidos, de forma interdependente, os objetivos, os conteúdos e as formas organizativas do ensino (CAVALCANTI, 2004, p. 137).

A educação tem hoje grandes desafios para garantir a todas as pessoas a construção do conteúdo básico que a escolarização deve proporcionar - a Educação Inclusiva é uma delas. A mudança da nomenclatura de “alunos excepcionais” para “alunos com necessidades educacionais especiais” aparece em 1986, na Portaria CENESP/MEC nº 69. Essa troca de denominações, contudo, pouco significou na interpretação dos quadros de deficiência e mesmo no enquadramento dos alunos nas escolas.

O Ministério da Educação e Cultura adota o termo “portadores de necessidades educacionais especiais” - (PNEE) ao se referir a alunos que necessitam de Educação Especial. Mesmo incluindo entre esses alunos os que apresentam dificuldades de aprendizagem, os que têm “problemas de conduta” e de altas habilidades, a clientela da Educação Especial não fica ainda bem caracterizada, pois na compreensão de muitos, se mantém a relação direta e linear entre o fato de uma pessoa com necessidades educacionais especiais e frequentar o ensino especial. As dificuldades no ensino-aprendizagem no que diz respeito ao ensino de Geografia também apresenta de forma ampla no alunado portadores de necessidades especiais. No ensino de Geografia, acredita que tanto professores quanto aos alunos portadores de deficiências também encontrem dificuldades dentro dessa inclusão. Segundo Freire (1996, p. 23-25) a relação ensinante e ensinado se constrói a partir de uma relação de troca em que, segundo o autor, “[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender [...]”, e isso se caracteriza como prática formadora. Para que essa relação ensinante e ensinado possa se perpetuar, o ensinante deve ter consciência de que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção e sua construção [...]”, pois, se ele for contra esse princípio, apenas estará como o próprio Paulo Freire descreve, “depositando conhecimento”.

A partir desta relação de que *ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção e sua construção*, é que foi realizada a análise da presente pesquisa. Mediante a análise dos dados obtidos através da pesquisa de campo com professores de Geografia na Associação de Apoio à Escola Dom Pedro II, que trabalham com os alunos portadores de necessidades educacionais, é que foi organizado as seguintes categorias de análise: convivência e aspectos sociais, avaliação, família e inclusão dentro do processo de ensino e aprendizagem da disciplina de Geografia. A análise dessas categorias revelou pontos positivos e outros que ainda necessitam de ser melhor trabalhados no âmbito educacional, para que os alunos portadores de necessidades, possam ter resultados significativos em relação à aprendizagem da disciplina de Geografia. Para Carlos: (2005, p, 25).

Educar para a liberdade não é apenas educar os outros, mas também a si mesma, de forma permanente, aprendendo ao mesmo tempo em que se ensina (ou melhor, que se leve os alunos a aprender). Só assim pode-se propiciar aos educandos que se tornem cidadãos plenos, agentes da história, sujeitos autônomos, críticos e criativos.

Para que haja um ensino-aprendizagem voltado para uma educação cidadã, é necessário que se crie um ambiente educacional de plena liberdade para o aprendizado do aluno. Em se tratando de alunos especiais, essa tarefa fica mais difícil, o corpo docente deverá ter habilidades pedagógicas e didáticas para proceder o trabalho educacional com melhor desempenho. Segundo Sadalla (1997), a formação do educador que atua na Educação Especial e Inclusiva precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem, é necessário que essa formação se torne contínua.

A escola pode ser esse ambiente, a partir do que os educadores estão buscando para aprimorar suas práticas. Este ato educativo está centrado na diferenciação curricular inclusiva, à procura de vias escolares diferentes para dar resposta à diversidade cultural, implementando uma práxis que contemple diferentes metodologias que tenham em atenção os ritmos e os estilos de aprendizagem dos alunos (ROLDÃO, 2003). Se ensino de Geografia for trabalhado a partir deste pressuposto, as possibilidades de viabilizar o processo ensino-aprendizagem torna-se maior.

### **Convivência e Aspectos Sociais**

Quanto à convivência e aspectos sociais, a formação tradicional em Educação Especial não se destina aos profissionais que terão o compromisso de incluir os excluídos da escola, pois não lhes incute a ideia do especial da educação, que redireciona objetivo e práticas de ensino, pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Porque continua a dividir, a separar, a fragmentar o que a escola deve unir fundir, para fortalecer e tornar-se justa e democrática, cônica de seus deveres e dos preceitos constitucionais que garantem a todos os cidadãos brasileiros uma escola sem preconceitos, que não discrimina, sob qualquer pretexto, como assegura o art. 3º, § IV do Título I da Constituição da República Federativa do Brasil relatando que “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Em relação aos alunos portadores de necessidades educacionais, esse convívio deve acontecer de forma harmoniosa e solidária, pois, criando as condições para que isso ocorra, os alunos interagem entre si, e o processo ensino-aprendizagem aconteceu de forma mais tranquila. Com isso, os alunos também se interessam pelo aprendizado e cooperam entre si. Nesse sentido,

A sala de aula é um lugar onde se desfruta a diversidade, e a diversidade e aprendizagem se convertem em uma atividade prazerosa. É uma atividade de contrastes, de aparências e contradições, onde a diversidade de alunos rompe acordo preestabelecido entre aprendizagem “normal” e se buscam novos modelos de ensino aprendizagem para restabelecer o equilíbrio educacional na aula. (GAIO E MENEGETTI 2004, p.68)

Isso se confirmou nas observações, onde constatamos que a interação do alunado é harmoniosa e construtiva, pois se percebe que os colegas de sala estão sempre procurando ajudar. Pelo fato de estarem convivendo há vários anos, seguindo com os colegas portadores de necessidades educacionais, esse convívio fica mais harmonioso. Isso favorece a ajuda mútua, compartilhando o desejo de aprender.

Contudo, “a Professora “A” (formada em história) relata perceber momentos de certo ciúme por parte dos alunos “não portadores de necessidades especiais”: “Eles fazem trabalho em grupo, discutem, acabam ajudando-os para não deixar o aluno sem nota. Porém, ao mesmo tempo, não gostam da ideia de ver o professor dando atenção maior ao aluno portador de necessidade especial”.



Em relação aos trabalhos e projetos desenvolvidos em sala de aula na escola sobre a disciplina de Geografia, os alunos portadores de necessidades educacionais participam e interagem normalmente, e às vezes até surpreendem, conforme colocaram as Professoras “B” e “C” (formadas em Geografia): “Um deles surpreenderam, porque enquanto elas insistiam para um não portador de necessidade especial apresentar o trabalho sobre fusos horários, o aluno portador de deficiência levantou-se e exigiu apresentar, já que o colega não havia se preparado, pois ele tinha preparado o seminário”.

Dessa forma, percebe-se que todos os alunos aprendem juntos, apesar das dificuldades ou diferenças que possam ter. A interação acontece de forma estruturada de modo a estimular o intercâmbio e a valorização das ideias, o respeito por pontos de vista contraditórios e a valorização da pluralidade e das diferenças.

O valor educativo da Geografia é contribuir para que o aluno possa se situar no mundo e compreendê-lo, sabemos que não há como fugir a essa constatação em um momento em que o mundo todo se mostra mais visível e apreensível do ponto de vista do espaço geográfico.

### **Processo de Ensino-aprendizagem**

No processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Geografia dos alunos portadores de necessidades especiais, os professores, “B” e “C” mencionaram trabalhar da mesma maneira como trabalham com os alunos “não portadores de necessidades especiais”, pois a falta de um suporte maior não permite que elas façam algo diferente. Alega ainda a falta de tempo, o fato de trabalharem em outras escolas e de possuírem várias turmas em que também há alunos com outras necessidades, como empecilhos para planejar uma aula que atenda à necessidade desses alunos, além de terem várias turmas em que também há alunos com outros “problemas”.

Nessa esfera, a diferença nas aulas deve centrar-se no modo como o professor planeja suas atividades e como seleciona o material didático de Geografia, de forma que atenda a todos os seus objetivos e também às necessidades do aluno. Porém, isso deve acontecer de forma a não desconsiderar a própria capacidade de escolha do aluno, sem negar sua autonomia.

Todavia, nota-se uma ausência de interação entre professores e serviços de apoio especializado que a escola possui, refletindo assim, certa discrepância no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Ou seja, se por um lado, o professor cobra tais apoios, em contrapartida, a sala de recurso afirma estar disponível sempre que for necessário. Diante disso, residem questionamentos tais como: será que os professores estão em fase de acomodação? Ou há certa transferência de responsabilidade para outras pessoas quando o processo tende a ficar mais complexo?

No processo de ensino-aprendizagem é fundamental que o professor em qualquer ato observe e analise. O que de fato faz a diferença é a possibilidade de o aluno/aprendiz realizar suas tarefas e atividades de forma coletiva, sem ter que trabalhar à parte, mas fazendo uso do material pedagógico da sala de aula livremente, de acordo com seus interesses e capacidade. É somente a partir da espontaneidade, da interação com os colegas e da realização das mesmas atividades, que emergirá o potencial de aprendizagem de cada aluno, com ou sem deficiência.

As Professoras “B” e “C” colocaram que há uma grande carência no sentido da formação continuada, pois estas ocorrem a cada bimestre e de forma muito superficial. Nesses encontros, é discutida a Educação Especial como um todo e que métodos devem ser utilizados para melhorar a auto-estima do aluno. Porém, não abordam como trabalhar determinados conteúdos.

Quando questionados sobre as dificuldades encontradas em trabalhar um conteúdo específico da disciplina de Geografia, a Professora “A” afirmou se deparar com muitos problemas na maneira de trabalhar, por exemplo, com a cartografia: “Meu Deus, como é que vou explicar isso, se com os “ditos normais” já temos dificuldade, será que ele está assimilando?”.

Outra dificuldade encontrada foi exposta pela Professora “C” para quem, embora haja um conteúdo específico da Geografia a ser trabalhada na sala de aula como: Fusos horários, temperatura, tecnologia, os blocos econômicos, os mapas, o relevo, capitalismo, urbanização, as guerras, MERCOSUL e as formas da terra, etc., necessitam de um acompanhamento que possibilite uma aprendizagem significativa.

Questionada se o limite deste profissional esgota-se na sua pós-graduação, se seus princípios de fato estão compatíveis para atender à demanda da chamada sociedade inclusiva. Os professores disseram que trata-se de uma nova formação, que busca aprimorar o que o professor já aprendeu em sua formação inicial, ora fazendo-o tomar consciência de suas limitações, de seus talentos e competências, ora suplementando esse saber pedagógico com outros, mais específicos. Ou seja, os professores questionados estão de acordo de que o professor precisa se capacitar e fazer um curso de pós-graduação.

Quando o profissional não se limita ao conformismo, mas busca alternativas para as problemáticas encontradas, abre-se um leque de oportunidades, onde a formação acontece continuamente. Quando os professores se atualizam, isso os aproxima de seus alunos, em suas peculiaridades de desenvolvimento, com a intenção de promover a interação não somente das disciplinas, mas também dos pais, comunidade e escola em torno de um objetivo comum a todos. Nesse sentido, Ribeiro *et all* (2003, p. 30), afirma que.

A formação deve ser concebida como um continuum, associada à compreensão do desenvolvimento profissional; em outras palavras, formar articula “uma variedade de formato de aprendizagens”. O comprometimento, aqui, é de interligar a formação inicial com a continuada, que não abarca o termo e o processo de capacitação. O processo de formação inicial e continuado é um projeto diferenciado, em fases, ao longo de uma finalidade e um estado de desenvolvimento profissional.

A qualificação do professor para assegurar a operacionalização do ensino de alunos com necessidades educativas especiais suscita muitas questões. Acredita-se que mais urgente que a especialização é a formação inicial e continuada de professores para atender às necessidades educativas de todos os alunos, no ensino regular, como proposto pela inclusão escolar. Mazzotta (2005, p.44) reforça esse raciocínio abordando que “O programa de preparação de professores deve incluir um amplo fundo de educação geral, formação profissional comum e especializada. Além disso, devem ser-lhe proporcionadas experiências práticas integradas com a teoria”. Ou seja, constata-se que os professores necessitam de mais conhecimentos em relação ao que já possuem, para desenvolver uma prática de ensino inclusivo que considere as diferenças em sala de aula.

Felizmente, hoje quanto à formação dos professores na ótica da educação especial, já possui muitos meios de capacitar esses profissionais: nas habilitações dos cursos de pedagogia, nas inúmeras especializações que se criam nos cursos de pós-graduação, na formação continuada oferecida pelas redes de ensino como “cursos preparatórios para a inclusão”, instituições que atendem a alunos e pessoas com necessidades educativas especiais.

Essa capacitação é necessária, pois, o ensino dicotomizado em Regular e Especial, define mundos diferentes dentro das escolas e dos cursos de formação de professores. Essa divisão perpetua a ideia de que o ensino de alunos com deficiência e com dificuldades de aprendizagem exige conhecimentos e experiências que não estão à altura dos professores regulares.

É necessária que a formação continuada desses profissionais seja, antes de tudo, uma autoformação, pois, na perspectiva da educação aberta às diferenças e do ensino inclusivo a formação dos professores não acontece pelos mesmos caminhos da escola tradicional. A autoformação deve ser construída no interior das escolas, a partir daquilo que os professores estão buscando para aprimorar suas práticas, nos estudos e trocas de experiências de trabalho continuamente, à medida que os problemas de aprendizagem dos alunos com e sem necessidade educativa especial aparecem. Neste processo de atualização profissional, deve-se considerar concomitantemente, o ensino ministrado, suas deficiências, inadequações e conservadorismo. Dessa forma, com certeza, atualizam seus conhecimentos, sanam dúvidas e esclarecem situações com que se deparam no dia-a-dia.

Por isso, acredita-se não ser possível pensar na formação de professores para alunos portadores de necessidades especiais de forma isolada. Ao contrário, importa considerá-la integrada à formação do professor em geral, portanto, sujeitas às discussões que ocorrem nas várias esferas da sociedade. Essas discussões não dicotomizam a Educação Especial da educação geral, ao contrário, buscam uma nova institucionalização para a formação do professor de Geografia, um novo papel para o Estado e para sociedade civil face à realidade instaurada.

Isso mostra a necessidade de repensar a escola, a aprendizagem e a formação do professor de Geografia para atender à diversidade, enfatizando que o professor deve estar preparado para atender o desenvolvimento dos alunos e o ritmo de aprendizagem de cada um, tendo a clareza de seu papel de educar e desenvolver a todos sem distinção.

### **Avaliação da Aprendizagem**

Quanto à avaliação da aprendizagem dos alunos portadores de educação especial, o Professor “A” colocou que elabora uma única avaliação para toda a turma. As Professoras “B” e “C” argumentaram que os tipos de avaliações mais eficazes são os que contêm questões objetivas, porque os alunos sentem muita dificuldade de interpretação. Porém, reclamam da indisponibilidade de tempo e dificuldade de apoio para elaboração das avaliações, tais como precariedade de recursos, digitação e reprodução do material didático através as professoras se encontram com poucas alternativas para utilizarem mecanismos que venham a contribuir para um melhor desenvolvimento de seu trabalho de ensino-aprendizagem.

### **Família**

Sabemos que a educação das crianças deve acontecer não somente na escola, mas no próprio seio familiar. Se os pais recebem orientações e alcançam adequados conhecimentos e compreensão de si mesmos, são capazes de enfrentar e encontrar soluções para os desafios da vida em família e em sociedade. A partir desse pressuposto, a família estará mais preparada para lidar com as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.

Quando questionados quanto à contribuição da família no processo de inclusão do aluno portador de necessidades educacionais, a resposta dos professores foi unânime. Todos afirmaram que os pais jamais se manifestaram ou direcionaram-se a eles para discutirem a respeito de seus filhos, refletindo de forma negativa no processo de ensino-aprendizagem. Isso fica evidenciado na fala do Professor “B” que coloca: “Até hoje não há pai, mãe ou parente que tenha me procurado para saber como eles estão e para que eu possa saber como eles são em casa”. Dessa forma levanta-se um questionamento: será que há uma falta de informação ou instrução dos pais desses alunos? Ou será que está faltando uma interação maior dos componentes da equipe pedagógica? Pois, se a família é um fator relevante no desenvolvimento dos alunos, faz-se necessário uma maior aproximação com o contexto escolar no qual, os filhos estão inseridos e, a escola também deve estar engajada nessa busca que deve ser constante.

A Professora “C” destaca a importância dos pais ter matriculado seus filhos no ensino regular e já se encontrarem na 8ª série do ensino fundamental, “isso já é um grande passo”. Porém, relata não manter contato com eles. “Não os conheço, porque geralmente quando vêm à escola eles se dirigem ao ensino especial e não aos professores que trabalham diretamente com eles”. Isso fica evidente também na fala da Professora “A”: “Eles podem até vir e falar diretamente com a coordenação e ao professor da sala de recurso..., conheço uma mãe porque eu pedi para chamar”.

A relevância da participação dos pais nesse caminho rumo à inclusão, merece uma maior reflexão por parte da escola em estar informando os pais quanto à acessibilidade aos programas, tanto educacionais como sociais, em que poderão integrar-se aos vários benefícios que lhes é de direito. Além disso, deve-se garantir o desenvolvimento sócio-emocional dos pais e alunos. O aluno precisa ter a oportunidade de conceber sua própria teoria de mundo, que seja capaz de construir sua própria identidade, através de suas experiências diárias e do diálogo com as pessoas que os rodeiam, conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial para a Educação Básica asseguram. Ou seja, a escola deve ir além da relação profissional, abrangendo os pais e os filhos, visto que, muitas vezes, os pais ouvintes não sabem lidar com o filho portador de deficiência, fazendo-se necessário o desenvolvimento de programas de inclusão, facilitando inclusive o convívio familiar.

### **Inclusão**

As questões abordadas na entrevista sobre a inclusão explicitaram o que os professores consideram relevantes referentes ao assunto. A Professora “A” colocou como único ponto positivo o fato dos alunos se relacionarem bem com a turma, com o outro. Ou seja, a professora defende a ideia do aluno estar sendo apenas integrada à escola, o aprendizado seria bem mais favorável se fosse incluído juntamente com outros alunos com as mesmas necessidades e com um acompanhamento de um professor destinado somente para aquelas turmas.

Professor “A” diz ainda que “No sentido deles participarem dessa escola, estarem inserido, convivendo com “pessoas normais”, por possuírem uma deficiência, essa parte é significativa”. Acredita na importância da inclusão desses alunos no ensino regular. Já o Professor “B” afirma acreditar totalmente na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, conforme declara em seu relato: “Eles superam até os alunos ditos “normais”, eles têm capacidade para isso, é só acreditar, incentivar, dar apoio, passar confiança e ser amigo”.

Professor “C” afirma que “Eles são pessoas, têm suas deficiências, todos nós temos, então o lugar deles é junto com todos, não podemos excluí-los”. Esclarece a real importância dos alunos portadores de deficiência educacionais estarem inclusos na sala de ensino regular. Percebe-se ao manifestar-se em seus relatos os pontos positivos da inclusão. Entretanto, é de se admitir que ainda há professores que mantêm seus pensamentos arraigados a educação tradicional. O desafio da inclusão desestabiliza os que sempre defenderam a seleção, a fragmentação do ensino em modalidades, as especializações e especialistas, o poder das avaliações, da visão crítica do ensino e da aprendizagem. Podemos perceber que os professores entrevistados encontram-se inteirados sobre a parte legal que assegura o atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais.

Conforme as análises e as observações feitas, fica claro que a interação entre escola, família e os centros que dão suporte como psicólogo, médico, dentista, família e etc.; é um dos pressupostos para que haja a inclusão dos alunos em uma educação mais democrática e de acesso para todos. Assim, é possível fazer um movimento transformador e oportuno dentro do processo ensino-aprendizagem. Precisamos incluir todos alunos na escola. Os que estão fora da escola porque foram excluídos ou ainda não conseguiram nelas penetrar, por preconceitos de toda ordem: sociais, culturais, raciais, religiosos, precisam ser incluídos na escola, para se construir uma sociedade mais justa e democrática.

### **Considerações finais**

As escolas que criam um terreno fértil para aprimoramento da cidadania, são espaços educativos de construção de personalidades humanas e autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser cidadão. Nesses ambientes educativos, os alunos aprendem a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar.

A escola deve estar comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não-excludente, promovendo o convívio com a diversidade, pois, esta, é uma característica da vida social brasileira. Para isso, a escola inclusiva deve ser uma meta da busca por todos os cidadãos comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária.

Os problemas relativos ao ensino de Geografia para alunos portadores de necessidades educacionais, nos relatos dos professores da escola, se apresenta com um certo grau de dificuldades. Como por exemplo, no que diz respeito ao trabalho com o sistema de coordenadas geográficas, fusos horários e cartografia. Os professores mostraram um entendimento das questões relativas à interpretação e ao processo de formação escolar do educando portador de necessidade especial. Um elemento presente na fala dos professores da escola é o fato de que os alunos pareciam não ter dificuldades em entender o que era dito pelo professor. Além do mais, aspectos relativos à normalidade e igualdade entre a totalidade dos estudantes sempre foi repetida nas suas entrevistas, talvez como forma de suavizar a presença desses alunos em salas mistas.

Aos portadores de necessidades especiais o direito a escolaridade em um ensino regular, já significa um ganho pela inclusão. Porém, nos parece necessário avançar rumo à discussão sobre qual inclusão e qual escola queremos e praticamos. Espera-se com esse trabalho, suscitar novas pesquisas no campo educacional, sobretudo, no ensino de Geografia, e que a compreensão das diferenças e especificidades do ensino para portadores de necessidades especiais, seja objeto de maior reflexão no âmbito dos gestores educacionais e dos professores. Acredita-se que o ensino de Geografia na Educação Especial tem sua função perante a sociedade; formando cidadãos críticos e reflexivos perante a sociedade.



Em mundo tão recheado de temas propícios a serem trabalhados na disciplina de Geografia, o educador do presente século deve assumir seu papel de agente formador de cidadãos críticos. O processo de formação da cidadania permeia intrinsecamente a disciplina de Geografia, por esta permitir ao educando tomar postura diante de acontecimentos geopolíticos e geográficos que influenciam na construção do espaço geográfico. Torná-lo um cidadão capaz de tomar decisões e não ser alienado a qualquer manifestação de tirania. A disciplina de Geografia tem papel fundamental neste processo, pela dinamicidade em tratar vários temas que refletem na construção de uma nação cidadã. Acreditamos que se o professor de Geografia portar destas condições intelectuais, é possível que tenha maior possibilidade de lidar com maior eficiência com a Educação Inclusiva.

Entretanto, sabemos que a sociedade possui membros sujeitos a discriminação, onde acaba diferenciando, os menos favorecidos, agindo, ou dando uma atenção ou até mesmo um atendimento inadequado. Como podemos perceber que em todos os lugares existe uma diferença entre as classes sociais, entretanto com os alunos portadores de necessidades especiais, não é diferente. Um aluno de classe social alta poderá ser bem atendido, com mais atenção, mais auxílio e até mesmo cuidado dos próprios colegas de aula. Têm acesso ao consumo. As melhores escolas dispõem de seu próprio veículo, dispõem de médicos. É uma realidade social e econômica das classes sociais que temos de levar em conta ao refletir em uma escola inclusiva.

Por outro lado, os professores de Geografia que são licenciados, em uma universidade pública ou privada, nem sempre estarão preparados para lidar com uma escola que seja inclusiva. Não recebem qualificação adequada para tal missão. Por isso, é fundamental que estes professores sejam capacitados, que sejam capazes de identificar as suas dificuldades perante a aprendizagem dos alunos. É necessário que lidem com metodologias diferenciadas que cativem os alunos para que os mesmos possam permanecer na escola, e que tenham métodos didáticos adequados para desenvolver seu trabalho.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 17<sup>a</sup> ed. 1988.

----- **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 3<sup>a</sup> ed. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

----- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei Darcy Ribeiro. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

-----Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão:** Recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

-----Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão:** Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades especiais de alunos surdos. Brasília: MEC/SEESP: 2005.

----- Portaria MEC/CENESP Nº 69/1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) et al. **A geografia na sala de aula.** São Paulo: Editora Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia Escolar e Construção de conhecimento.** Campinas SP. Editora Papirus1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. 17ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial.** 2.ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2004.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil.** Histórias e Políticas Públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PELOSI, Miryam Bonadiu. **A comunicação Alternativa e Ampliada nas Escolas do Rio de Janeiro:** formação de professores e caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais. Dissertação de mestrado em Educação – UERJ- Rio de Janeiro, 2000.

Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri, et al. **Educação especial:** do querer ao fazer. São Paulo, Avercamp, 2003.

ROLDÃO, Maria do Céu. Diferenciação curricular e inclusão. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Perspectivas sobre a inclusão.** Da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003.

SADALLA, A. M. **Com a palavra a professora:** suas crenças, suas ações. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

SILVA NETO, Antenor de Oliveira. Et ali. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial.** v. 31.| n. 60. p. 81-92. jan./mar. 2018.

ALEXANDRE, Juliandersson Victoia. Formação docente e geografia: o foco na educação inclusiva, experiências para o debate. **Pesquisar - Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**. Florianópolis, v. 1, n. 1, maio 2017.